



**PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE INGRESSOS RESULTADO**

**RECURSO – AUTODECLARAÇÃO DOS CANDIDATOS NEGROS
(PRETOS E PARDOS) CONCURSOS PÚBLICOS REGIDOS PELO EDITAL Nº 10/GR-IFCE/2016.**

Protocolo	Candidato	Parecer	Justificativa
541487	MARIA ANTUNIZIA GOMES	Indeferido	<p>A autodeclaração pelo candidato é condição necessária, porém não suficiente, por isto, baseado na Lei nº 12.990/2014 e na Orientação Normativa SEGRT/MPOG nº 03 de 01/08/2016 carece de ser confirmada por Comissão Especial designada para este fim, segundo critério fenotípico, constatação visual e registro fotográfico. Não serão considerados, para efeito de aferição, aspectos genéticos, ancestralidade, preferências culturais ou estéticas, pois não se configuram nos parâmetros legítimos para apurar a veracidade da referida autodeclaração. As alegações de ancestralidade e consanguinidade não são definidoras de direitos para que o candidato possa figurar nas vagas reservadas para cotistas negros (pretos e pardos).</p> <p>Segundo o Art. 2º da Orientação Normativa:</p> <p>Art.2º Nos editais de concurso público para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União deverão ser abordados os seguintes aspectos:</p> <p>§ 1º As formas e critérios de verificação da veracidade da autodeclaração deverão considerar, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados obrigatoriamente com a presença do candidato. Grifo nosso (Orientação Normativa SEGRT/MPOG n. 3 de 01/08/2016)</p>

			Em termos, mesmo após a análise dos arquivos complementares enviados, bem como a reavaliação da autodeclaração, objeto do Edital nº 16/GR-IFCE/2017, a Comissão decidiu por unanimidade considerar que não foram constatadas características fenotípicas (tez/cútis da pele, ângulo facial, espessura dos lábios, nariz, cabelos espessos, escuros e crespos, entre outros) suficientes de pardo, não apresentando caracteres físicos visíveis que identifica a um grupo racial. Pelo exposto a Comissão resolve INDEFERIR o recurso.
539936	TATIANA DE ALMEIDA NUNES DA COSTA	Indeferido	Conforme o item 7.14.7 do Edital 10/GR-IFCE 2017, os candidatos convocados para a confirmação da autodeclaração que não comparecerem na data, horário e local informados no Edital de que trata o subitem 7.14.4, bem como aqueles que não forem enquadrados na condição de pessoa negra, deixarão de concorrer às vagas reservadas para candidatos negros, passando a integrar somente a lista da classificação geral de ampla concorrência, desde que estejam dentro do limite estabelecido no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009. Pelo exposto a Comissão resolve INDEFERIR o recurso.
547968	HUMBERTO BELTRÃO DA CUNHA JÚNIOR	Indeferido	<p>A autodeclaração pelo candidato é condição necessária, porém não suficiente, por isto, baseado na Lei nº 12.990/2014 e na Orientação Normativa SEGRT/MPOG nº 03 de 01/08/2016 carece de ser confirmada por Comissão Especial designada para este fim, segundo critério fenotípico, constatação visual e registro fotográfico. Não serão considerados, para efeito de aferição, aspectos genéticos, ancestralidade, preferências culturais ou estéticas, pois não se configuram nos parâmetros legítimos para apurar a veracidade da referida autodeclaração. As alegações de ancestralidade e consanguinidade não são definidoras de direitos para que o candidato possa figurar nas vagas reservadas para cotistas negros (pretos e pardos).</p> <p>Segundo o Art. 2º da Orientação Normativa:</p> <p>Art.2º Nos editais de concurso público para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União deverão ser abordados os</p>

			<p>seguintes aspectos:</p> <p>§ 1º As formas e critérios de verificação da veracidade da autodeclaração deverão considerar, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados obrigatoriamente com a presença do candidato. Grifo nosso (Orientação Normativa SEGRT/MPOG n. 3 de 01/08/2016)</p> <p>Em termos, mesmo após a análise dos arquivos complementares enviados, bem como a reavaliação da autodeclaração, objeto do Edital nº 16/GR-IFCE/2017, a Comissão decidiu por unanimidade considerar que não foram constatadas características fenotípicas (tez/cúti da pele, ângulo facial, espessura dos lábios, nariz, cabelos espessos, escuros e crespos, entre outros) suficientes de pardo, não apresentando caracteres físicos visíveis que identifica a um grupo racial. Considerando, ainda, o item 7.14.9 do Edital 12/GR-IFCE/2016 que se refere à avaliação do enquadramento do candidato na condição de pessoa negra válida APENAS para o certame em tela, a Comissão resolve INDEFERIR o recurso.</p>
539109	DANIEL COSTA VALENTIM	Indeferido	<p>Conforme o item 7.14.7 do Edital 10/GR-IFCE 2017, os candidatos convocados para a confirmação da autodeclaração que não comparecerem na data, horário e local informados no Edital de que trata o subitem 7.14.4, bem como aqueles que não forem enquadrados na condição de pessoa negra, deixarão de concorrer às vagas reservadas para candidatos negros, passando a integrar somente a lista da classificação geral de ampla concorrência, desde que estejam dentro do limite estabelecido no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009. Pelo exposto a Comissão resolve INDEFERIR o recurso.</p>
548027	DJALMA SANTOS MELO JÚNIOR	Indeferido	<p>A autodeclaração pelo candidato é condição necessária, porém não suficiente, por isto, baseado na Lei nº 12.990/2014 e na Orientação Normativa SEGRT/MPOG nº 03 de 01/08/2016 carece de ser confirmada por Comissão Especial designada para este fim, segundo critério fenotípico, constatação visual e registro fotográfico. Não serão considerados, para efeito de aferição, aspectos genéticos, ancestralidade, preferências culturais ou estéticas, pois não se configuram nos parâmetros legítimos para apurar a veracidade da referida autodeclaração. As alegações de ancestralidade e consanguinidade não são definidoras de direitos para que o candidato possa figurar nas vagas</p>

			<p>reservadas para cotistas negros (pretos e pardos).</p> <p>Segundo o Art. 2º da Orientação Normativa: Art.2º Nos editais de concurso público para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União deverão ser abordados os seguintes aspectos:</p> <p>§ 1º As formas e critérios de verificação da veracidade da autodeclaração deverão considerar, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados obrigatoriamente com a presença do candidato. Grifo nosso (Orientação Normativa SEGRT/MPOG n. 3 de 01/08/2016)</p> <p>Em termos, mesmo após a análise dos arquivos complementares enviados, bem como a reavaliação da autodeclaração, objeto do Edital nº 16/GR-IFCE/2017, a Comissão decidiu por unanimidade considerar que não foram constatadas características fenotípicas (tez/cútis da pele, ângulo facial, espessura dos lábios, nariz, cabelos espessos, escuros e crespos, entre outros) suficientes de pardo, não apresentando caracteres físicos visíveis que identifica a um grupo racial. Considerando, ainda, o item 7.14.9 do Edital 12/GR-IFCE/2016 que se refere à avaliação do enquadramento do candidato na condição de pessoa negra válida APENAS para o certame em tela, a Comissão resolve INDEFERIR o recurso.</p>
551555	PALOMA LIMA DA SILVA	Indeferido	<p>Conforme o item 7.14.7 do Edital 10/GR-IFCE 2017, os candidatos convocados para a confirmação da autodeclaração que não comparecerem na data, horário e local informados no Edital de que trata o subitem 7.14.4, bem como aqueles que não forem enquadrados na condição de pessoa negra, deixarão de concorrer às vagas reservadas para candidatos negros, passando a integrar somente a lista da classificação geral de ampla concorrência, desde que estejam dentro do limite estabelecido no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009. Pelo exposto a Comissão resolve INDEFERIR o recurso.</p>